

Jocias Maier Zanatta

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
josk85@hotmail.com

Ismael Alan Halberstadt

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
ismaah@hotmail.com

Diéssica de Oliveira Dias

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
diessica_dias@hotmail.com

Samuel Meoti

Universidade de Caxias do Sul - UCS
samuelmeoti@hotmail.com

SUSTENTABILIDADE E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

RESUMO

Entendendo a missão do pesquisador de disseminar o conhecimento e incentivar pesquisas nos campos de interesse social, a presente discussão teórica tem o objetivo de discorrer sobre sustentabilidade e empreendedorismo social. O estudo tem abordagem qualitativa dos dados e utilizou-se de pesquisa em livros e periódicos nacionais e internacionais. Como resultados da pesquisa, tem-se um estruturado referencial teórico e a possibilidade de despertar o interesse de pesquisadores sobre as temáticas abordadas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Empreendedorismo Social, Discussão Teórica.

SUSTAINABILITY AND SOCIAL ENTREPRENEURSHIP: A BRIEF THEORETICAL DISCUSSION

ABSTRACT

Understanding the researcher's mission of disseminating knowledge and encouraging research in the fields of social interest, the present theoretical discussion aims to discuss sustainability and social entrepreneurship. The study has a qualitative approach to the data and has been used for research in national and international books and periodicals. As a result of the research, there is a structured theoretical reference and the possibility of arousing the interest of researchers on the topics addressed.

Keywords: Sustainability, Social Entrepreneurship, Theoretical Discussion.

1. INTRODUÇÃO

É crescente a preocupação com a sustentabilidade e sua complexidade emerge das necessidades econômicas, sociais e ambientais (GLAVIC e LUKMA, 2007; MEBRATU, 1998). Diante das demandas da sociedade surge o empreendedorismo social como um novo

paradigma do empreendedorismo (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; CERTO; MILLER, 2008).

O presente estudo trata-se de uma discussão teórica sobre sustentabilidade e empreendedorismo social. Buscou-se disseminar os conhecimentos e ampliar o interesse em pesquisas sobre a temática abordada. Para tanto,

fez-se uma refinada pesquisa qualitativa em livros e periódicos nacionais e internacionais.

2. SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade e suas ramificações teóricas têm sido tão difundidas que por vezes acabam-se confundindo umas com as outras, desta forma se torna fundamental uma correta definição dos termos, evitando assim tais confusões. Tal necessidade já fora evidenciada por meio do trabalho de Glavic e Lukman (2007), conforme os autores o crescimento da preocupação com a sustentabilidade das organizações elevou a importância e a pluralidade da temática, bem como a possível confusão entre os termos.

Como apontado por Mebratu (1998), a complexidade criada por uma miríade de necessidades que se baseiam em um tripé formado por questões econômicas, sociais e ambientais, são o ponto de partida para os desafios associados ao desenvolvimento. O autor faz um apanhado da história e desenvolvimento da humanidade, sobre como nossos ancestrais caçadores-coletores utilizavam do extrativismo para suprir suas necessidades primárias. Uma vez que a agricultura começou a viabilizar a permanência dos indivíduos em determinados locais, questões como poluição dos solos começaram a surgir, pela simples relação de permanência extrativista permanente.

Ainda segundo Mebratu (1998), a abordagem sobre sustentabilidade traz os primeiros questionamentos sobre o quais seriam as definições sobre a temática apresentada, classificando seus estudos em três linhas: conceitos institucionais sobre o tema, conceitos ideológicos e por último os conceitos acadêmicos. Nota-se que a temática possui diferentes contextos, e que, após alguns encontros a níveis internacionais os direcionamentos dos conceitos foram atualizando-se e tomando caminhos distintos.

Especificando o termo sustentabilidade *per se*, pode ser definido como uma característica de ou um processo que pode manter-se por tempo indefinido. (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011). Mas por outro lado há a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, que fora definido e difundido no relatório conhecido como *Our Common Future* ou Relatório de Brundtland (WECD 1987). Tal relatório propõe que o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades” (WECD 1987). O documento é derivado de um esforço de mais de 3 anos de reuniões com lideranças políticas e público em geral, culminando na formulação de propostas em diferentes níveis institucionais (âmbitos nacionais e internacionais), nota-se a relevância da preocupação predominantemente da parte

ambiental, tais como aquecimento global e exaustão da camada de ozônio (teorias novas à época).

Com esta preocupação formalizada a respeito de um dos aspectos reconhecidos da sustentabilidade, cabe ressaltar, mesmo que o senso comum traga como foco aspectos ambientais, demais aspectos são levados em consideração, principalmente os outros dois pilares do que é conhecido como *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade): social e econômico. O conceito do tripé foi cunhado por Elkington (1998) em sua obra *Cannibal with Forks*, observa-se que o autor sustenta a possibilidade da sustentabilidade representar um resultado superior a soma dos fatores, representada pela sua introdução, que 2+2 pode ser 5. Com esta metáfora ele procura ressaltar o impacto positivo que uma visão sistêmica, baseada em parcerias, que aborde os três grandes tópicos (ambiental, econômico e social) pode causar no longo prazo, tanto para as organizações quanto para a sociedade como um todo.

Cabe ressaltar que por recursos ambientais evidenciam-se preocupações não somente com a redução da utilização de recursos, uso racional e diminuição do impacto dos seres humanos sobre o ambiente (ELKINGTON 2012). Sob o ponto de vista econômico é verificada a preocupação com a geração de renda de forma sustentável, relacionando não somente a economia tradicional, mas ampliando perspectivas

sobre a possibilidade de geração de valor de forma informal e organizada (LADEIRA E TRIGUEIROS 2014, PNRS 2010, SCALCH, CASTRO E CORDOBA 2017). Já o aspecto social compreende a construção de uma sociedade de indivíduos pautada na justiça social (ELKINGTON 2012), sem a promoção do crescimento de uma pirâmide social que aumente a desigualdade entre os indivíduos.

Nesta terminologia baseada em três bases, a preocupação constante com a utilização de recursos renováveis é notável, tanto quanto a reciclagem de todos os materiais possíveis (BOSSLE 2010, CORREA e XAVIER 2013, MAGLIANO E DEJAMOROVIC 2013, MARCHESE 2013, DE SOUZA, BASTOS DE PAULA e SOUZA-PINTO 2012) bem como a construção de redes de relacionamentos que promovam a circulação de bens e serviços de forma sustentável (POSCH 2010). Derivando inclusive no conceito de simbiose industrial, tratando organizações de forma semelhante à anatomia de seres vivos, multicelulares (IESENMANN 2003).

É importante observar a sustentabilidade como uma forma de atingir objetivos, não como uma finalidade *per se*. Ou seja, encará-la como caminho e não como finalidade, conforme apresentado por Schalch, Castro e Córdoba (2017), corroborando com Elkington (1998) em relação à construção de parcerias que visam o

planejamento a longo prazo, sem a exaustão dos recursos disponíveis no curto prazo.

Merecido destaque deve ser empregado aos esforços da Organização das Nações Unidas (ONU), que em conjunto com diferentes países para a construção dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Elaborados em agosto de 2015, em conjunto com países participantes da ONU, em assembleia geral realizada na sede da ONU nos Estados Unidos, os objetivos contemplam diversas áreas da sociedade, sempre com a preocupação da manutenção dos direitos adquiridos e contemplando iniciativas que visam diminuir as desigualdades.

Nesta reunião da ONU em 2015 foram definidos 17 objetivos com prazo de conclusão até 2030 (BRASIL 2015), a saber: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes e por fim, parcerias meios de implementação.

No Brasil a sustentabilidade tem sido abordada de forma tímida na legislação,

porém, como apresentado por Dias, Halberstadt e Zanatta (2018) avanços são verificados com novas políticas de resíduos, inclusive dos gerados por serviços da saúde. Os autores identificaram inclusive os avanços evidenciados na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS 2010), que passa a estabelecer parâmetros sociais, econômicos e ambientais básicos, abordando a logística reversa de resíduos sólidos como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social.

Outrossim, em 17 de outubro de 2017, o presidente em exercício Michel Temer sanciona a lei 13.493 (BRASIL 2017), responsável pela mensuração do Produto Interno Verde (PIV), como uma forma de cálculo do patrimônio verde nacional. Partindo do pressuposto que o governo passe a mensurar o patrimônio verde de forma semelhante ao Produto Interno Bruto (PIB), poder-se-á então haver um controle das reservas e recursos ambientais brasileiros.

3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A partir de anseios e demandas da sociedade, o empreendedorismo está emergindo sob uma nova lente, baseando-se em novos paradigmas de atuação e incentivando diferentes formas de desenvolvimento social (CRUZ, 2013; MELO NETO; FROES, 2002). Este novo paradigma, é denominado empreendedorismo social e pode ser considerado uma

subdisciplina dentro do campo de empreendedorismo (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; CERTO; MILLER, 2008).

Durante a última década o construto do empreendedorismo social tem sido um tema em destaque, que vem sendo debatido por muitos pesquisadores e desenvolvido dentro de diversas iniciativas e perspectivas (MEDEIROS et al., 2017). Trata-se de um tema relativamente novo que está atraindo a atenção dos pesquisadores por causa da contribuição social e do rápido crescimento desse tipo de negócio (REY-MARTÍ; RIBEIRO-SORIANO; PALACIOS-MARQUÉS, 2016). No entanto, principalmente desde o artigo influente de Dees (1998), o empreendedorismo social têm sido discutido na academia (BARKI et al., 2015). Do lado da gestão, Yunus, com seu trabalho no *Grameen Bank*, inspirou muitos outros empreendedores e organizações para criar um novo tipo de negócio, mais incorporado com um propósito social (BARKI et al., 2015).

Apesar de não apresentar um consenso sobre seu significado (DACIN; DACIN; MATEAR, 2010; WEERAWARDENA; MORT, 2006), a definição de empreendedorismo social, em pesquisas relevantes sobre o tema, converge de que se trata da busca de uma missão social com base no uso de estratégias sociais (BACQ; JANSSEN, 2011), com o objetivo

de criar valor social, ao invés de riqueza pessoal e dos acionistas (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; ZAHRA et al., 2008).

Dess e Anderson (2006) apontam que a combinação dos termos empreendedorismo e social refletem um rompimento das barreiras que estavam entre o que poderia ser considerado como ações estritamente de negócios por um lado e ações voltadas para organizações sem fins lucrativos, por outro. Para Macke et al. (2018) justamente essa capacidade de combinar elementos empresariais e sociais é um dos aspectos mais interessantes do empreendedorismo social. No entanto, os autores destacam que essa combinação também pode representar um obstáculo a pesquisadores e profissionais da área que tentam definir o empreendedorismo social.

Cabe destacar que as atividades de empreendedorismo social são desenvolvidas por indivíduos, denominados de empreendedores sociais, que vêm oportunidades onde existem problemas (BERNARDINO; SANTOS; SOARES, 2017). Para Auerswald (2009) a diferença entre um empreendedor convencional e um empreendedor social se encontra no tipo de valor criado. O empreendedor convencional visa à criação de valor financeiro, enquanto o empreendedor social visa à criação do valor social (AUERSWALD, 2009). Nesse sentido, Dess e Anderson (2006) destacam

que empreendedores sociais desempenham o papel de agentes de mudança, pois adotam uma missão para criar e sustentar um valor social, além disso, reconhecem e procuram novas oportunidades para manter essa missão, engajam-se em processos de inovação contínua, adaptação e aprendizagem, também atuam fortemente mesmo com limitação de recursos e demonstram um alto senso de prestação de contas aos envolvidos e para os resultados obtidos. De fato, Dwivedi e Weerawardena (2018) apresentam o empreendedorismo social como um construto multidimensional, que inclui a inovação, a proatividade, o gerenciamento de riscos, a orientação efetiva e a orientação de missão social, com o intuito de resolver falhas de mercado e criar maior valor social para maximizar o impacto social. Onde a orientação de missão social é a dimensão que principalmente diferencia o empreendedorismo social do empreendedorismo comercial.

Dwivedi e Weerawardena (2018) explicam que a dimensão da inovação reflete uma tendência para continuamente desenvolver e promover novas soluções para as necessidades sociais, além de novas formas de marketing e captação de recursos. A dimensão da proatividade se trata da capacidade de examinar ativamente o ambiente externo e se preparar para incertezas futuras. O gerenciamento de riscos denota uma propensão para identificar

e assumir riscos gerenciáveis. A dimensão da orientação efetiva reflete uma tendência de gerenciar astutamente os recursos limitados disponíveis para obter uma solução ideal. E por último, a orientação de missão social denota uma tendência comportamental de devoção para atender às necessidades sociais.

Nesse contexto, Yunus (2007) destaca que o processo de empreendedorismo social origina-se de uma missão pessoal, do desejo de desencadear uma mudança ou transformação social. Ao perseguir metas e objetivos materiais, a missão dos empreendedores sociais é dar uma contribuição profunda à sociedade ajudando a resolver problemas sociais e satisfazer necessidades humanas básicas (YUNUS, 2007).

Sendo assim, o crescimento de empresas sociais é um fenômeno cada vez mais visível em países em desenvolvimento, devido em parte aos desequilíbrios sociais e ambientais existentes (GAIOTTO, 2016; MEDEIROS et al., 2017). Além disso, Austin, Stevenson e Wei-Skillern, (2006, p. 3) sugerem que “falhas no mercado podem criar diferentes oportunidades para empreendedorismo social e comercial”. Nesse sentido, o empreendedorismo social se apresenta com uma alternativa para a resolução de diversas demandas, ao exercer atividades que foram negligenciadas pelo mercado e pelo estado (GAIOTTO, 2016).

Portanto, as empresas sociais direcionam esforços para minimizar as imperfeições que atingem as camadas sociais menos favorecidas, no intuito de melhorar sua qualidade de vida (SANTOS, 2012; WEERAWARDENA; MORT, 2006). É importante destacar que a criação de empresas sociais não é a única forma de realizar o empreendedorismo social, visto que este pode se manifestar por meio de iniciativas internas de organizações já existentes, sejam públicas ou privadas, com fins lucrativos ou não (SHARMA, 2014).

Considerando que um dos principais desafios do século XXI é a geração de ações eficientes e efetivas que promovam o empoderamento social e desenvolvimento sustentável (MACKE et al., 2018), é importante compreender o papel do empreendedorismo social para atingir esses objetivos (RAHDARI; SEPASI; MORADI, 2016). Macke et al. (2018) destacam que os empreendedores sociais são indivíduos com uma missão social, capazes de combinar práticas e conhecimentos, bem como desenvolver parcerias para promover mudanças sociais sustentáveis.

Buscando responder a questão de que se o empreendedorismo social pode ser usado como uma ferramenta para promover a sustentabilidade, Rahdari, Sepasi e Moradi (2016) fornecem uma visão geral do papel das empresas sociais na consecução dos objetivos da agenda de desenvolvimento

sustentável (ODS) das Nações Unidas. Os autores colocam que para que os ODS sejam realizados, três grupos de agentes sociais precisam se envolver: “os intraempreendedores sociais, que atuam no nível não-administrativo, os empreendedores sociais, que atuam no nível gerencial e os empreendimentos sociais que são guiados pelos ODS” (RAHDARI; SEPASI; MORADI, 2016, p. 357).

Autores como Roy et al. (2014) também exploraram a potencialidade do empreendimento social para a melhoria da qualidade de vida da população, especificamente para a melhoria da saúde e bem-estar na sociedade e concluíram que os empreendimentos sociais podem ser influentes em tais melhorias. No entanto, Rahdari, Sepasi e Moradi (2016), destacam que ainda existe uma escassez de pesquisa, especialmente que apontem evidências empíricas, mas que ainda sim, muitos acreditam que as empresas sociais, ao oferecerem soluções eficientes, inovadoras e sustentáveis, fornecem um mecanismo confiável para contribuir com o alcance da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a importância da temática abordada e o empreendedorismo social como alternativa emergente para contribuir com atitudes sustentáveis. Espera-se que esta

discussão teórica contribua para despertar o interesse de pesquisadores neste tema.

REFERÊNCIAS

- AUERSWALD, P. Creating Social Value. **Stanford Social Innovation Review**, v. Spring, p. 51–55, 2009.
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and Commercial Entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, n. 1, p. 1–22, 2006.
- BACQ, S.; JANSSEN, F. The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 23, n. 5–6, p. 373–403, 2011.
- BARKI, E. et al. Social Entrepreneurship and Social Business: Retrospective and Prospective Research. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 380–384, 2015.
- BERNARDINO, S.; SANTOS, J. F.; SOARES, M. Contributo do Empreendedorismo Social para o Desenvolvimento de Cabo Verde: Um Estudo Exploratório. **International Journal of Innovation**, v. 5, n. 1, p. 132–155, 2017.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2010.
- _____. Lei n. 13.493, de 17 de outubro de 2017. Estabelece o Produto Interno Verde. **Diário Oficial da União**, 2017.
- _____. Ministério das Relações Exteriores, **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>> Acesso em 24 de out de 2018.
- BOSSLE, Marília Bonzanini. Inovações na Cadeia de Produção e Consumo de Embalagens PET. **Enanpad**, 2010
- CERTO, S. T.; MILLER, T. Social entrepreneurship: key issues and concepts. **Horizons**, v. 51, n. 4, p. 267–271, 2008.
- CORRÊA, Henrique Luiz; XAVIER, Lucia Helena. Concepts, design and implementation of Reverse Logistics Systems for sustainable supply chains in Brazil. **JOSCM: Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 6, n. 1, p. 1, 2013.
- CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar**, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2013.
- DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. Social Entrepreneurship: Why We Don't Need a New Theory and How We Move Forward From Here. **Academy of Management Perspectives**, v. 24, n. 3, p. 37–57, 2010.
- DEES, J. G. **The Meaning of “Social Entrepreneurship”** Kauffman Center for Entrepreneurial, , 1998. Disponível em: <<http://sehub.stanford.edu/sites/default/files/TheMeaningofsocialEntrepreneurship.pdf>>
- DESS, J. G.; ANDERSON, B. B. Framing a theory of social entrepreneurship: Building on two schools of practice and thought. **Research on social entrepreneurship: Understanding and contributing to an emerging field**, v. 1, n. 3, p. 39–66, 2006.
- DIAS, Diéssica de Oliveira; HALBERSTADT, Ismael Alan; ZANATTA, Jocias; Análise Crítica da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N° 222/2018 à luz das dimensões do Desenvolvimento Sustentável: Avanços e Desafios. **Ecoinovar** 7, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018
- DWIVEDI, A.; WEERAWARDENA, J. Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. **Journal of Business Research**, v. 86, n. 1, p. 32–40, 2018.
- ELKINGTON, John. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st- century business. **Environmental Quality Management**, v. 8, n. 1, p. 37–51, 1998.
- ELKINGTON, John. **The zeronauts: breaking the sustainability barrier**. Routledge, 2012.
- GAIOTTO, S. A. V. Empreendedorismo Social: Estudo Bibliométrico Sobre a Produção Nacional e Internacional. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 2, p. 101–123, 2016.
- GLAVIČ, Peter; LUKMAN, Rebeka. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of cleaner production**, v. 15, n. 18, p. 1875–1885, 2007.
- ISENMANN, Ralf. Industrial ecology: shedding more light on its perspective of understanding nature as model. **Sustainable Development**, v. 11, n. 3, p. 143–158, 2003.
- LADERA, R.; VERA, L. A. R.; TRIGUEIROS, R. E. Gestão dos resíduos sólidos e logística reversa : um estudo de caso em uma organização do setor de construção civil. **Gestão & Planejamento**, v. 15, n. maio/ago., p. 283–304, 2014.
- MACKE, J. et al. Where do we go from now ? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of Cleaner Production**, v. 183, p. 677–685, 2018.
- MAGLIANO, João Ernesto Brasil, DEMAJOROVIC, Jacques. Desafios e perspectivas para a logística reversa de resíduos de microinformática no Brasil. **EnANPAD** 2013.

MARCHESE, Letícia de Quadros. **Logística Reversa das embalagens e sua contribuição para a implantação de política nacional de resíduos sólidos**. Univates, Lajeado, 2013

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental impact assessment review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MEDEIROS, C. B. DE et al. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. **Gestão. Org.**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

POSCH, Alfred. Industrial recycling networks as starting points for broader sustainability- oriented cooperation?. **Journal of Industrial Ecology**, v. 14, n. 2, p. 242-257, 2010.

RAHDARI, A.; SEPASI, S.; MORADI, M. Achieving sustainability through Schumpeterian social entrepreneurship : The role of social enterprises. **Journal of Cleaner Production**, v. 137, p. 347-360, 2016.

REY-MARTÍ, A.; RIBEIRO-SORIANO, D.; PALACIOS-MARQUÉS, D. A bibliometric analysis of social entrepreneurship. **Journal of Business Research**, v. 69, n. 5, p. 1651-1655, 2016.

ROY, M. J. et al. The potential of social enterprise to enhance health and well-being: A model and systematic review. **Free Radical Research**, v. 123, p. 182-193, 2014.

SANTOS, F. M. A Positive Theory of Social Entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**, v. 111, n. 3, p. 335-351, 2012.

SARAIVA DE SOUZA, Maria Tereza; BASTOS DE PAULA, Mabel; DE SOUZA-PINTO, Helma. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, 2012.

SCHALCH, V.; CASTRO, M. A. S.; CÓRDOBA, R. E. **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos**. In: JR., P. A., SAMPAIO, C. C, FERNANDES, V. (eds.). **Gestão Empresarial e sustentabilidade**, Barueri: Manole, 2017.

SHARMA, M. K. A New Trend Social Enterpreneurship: Global Perspective. **RESEARCH HUB – International Multidisciplinary Research Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2014.

WCED, WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT. Our common future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEERAWARDENA, J.; MORT, G. S. Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 21-35, 2006.

YUNUS, M. **Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism**. New York: Public Affairs, 2007.

ZAHRA, S. A. et al. Globalization of social entrepreneurship opportunities. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 2, n. 2, p. 117-131, 2008.

Diéssica de Oliveira Dias

Mestranda em Administração e Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Ismael Alan Halberstadt

Mestrando em Administração e Graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Jocias Maier Zanatta

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria e Graduação em Administração pela Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM. Professor e Administrador hospitalar.

Samuel Meoti

Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).
